

# RELATÓRIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

## ATIVIDADES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

*Discurso do Embaixador José Carlos de Macedo Soares :*

“Reunindo-se mais uma vez os Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, teem a inspirá-los a experiência de um fecundo lustro de atividades construtivas.

É justo, pois, que procuremos tirar dessa experiência as lições e os estímulos que ela nos pode dar. Para tanto, recapitulemos, ainda que a vôo de pássaro, o que foi neste período de cinco anos, há pouco encerrado, o jornadejar vitorioso do ideal que o Instituto representa.

### UMA IDÉIA EM MARCHA

Logo ao início do Governo Provisório, ainda em dias de 1930, foi dado ao Presidente GETÚLIO VARGAS revelar ao País, pelas medidas que tomou ou autorizou, o seu profundo pensamento político em relação à estatística, cujos principais centros de operação foram colocados nos recém-constituídos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, e da Educação e Saúde Pública.

Em seguida, autoriza S. Excia. a oportuna e inspirada iniciativa do Ministro FRANCISCO CAMPOS, relativamente ao Convênio de Estatísticas Educacionais, que tanto destaque trouxe ao 4.º Congresso Nacional de Educação, realizado em fins de 1931, e no qual, sob a prestigiosa direção do Prof. FERNANDO MAGALHÃES, foram discutidas importantes teses que indicaram ao Governo a melhor solução para o premente problema da estatística do ensino.

Pouco depois, em 1932, criava o Governo o órgão central de estatística do Ministério da Agricultura.

Acentuam-se, desde então, os seus esforços no sentido de estimular a criação das repartições regionais destinadas às pesquisas estatísticas, repartições essas que tão relevante papel viriam representar, na obra renovadora da 2.ª e da 3.ª República, e constituiriam mais tarde a base segura em que repousa a estrutura geral do sistema estatístico brasileiro.

Ao mesmo tempo, com intuição admirável, dedica o criador do Instituto, direta ou indiretamente, as primeiras palavras e atos de estímulo à criação do quadro dos centros de investigação estatística na órbita autônoma da administração municipal, para fazer de tais centros, com as suas atividades devidamente orientadas, as oficinas primárias das elaborações estatísticas do país.

Todavia, já era evidente, em 1933, que a imensa tarefa diante da qual se encontrava o Brasil, quanto ao conhecimento das suas próprias condições de vida e desenvolvimento, não se poderia realizar satisfatoriamente sem uma planificação geral, nem, sobretudo, sem a ampla e íntima coordenação da totalidade dos esforços voltados para aquele objetivo. Mas, ciente e conciente de que tal empreendimento deveria resultar, não de uma rígida centralização administrativa, exorbitante dos princípios do regime político e dos imperativos decorrentes da extensão territorial da República, sim das próprias virtualidades do regime federativo em que vive a Nação Brasileira, — teve o Governo a concepção justa do problema. E magistralmente o resolveu, apelando para a livre determinação dos Governos Regionais e Municipais em face das exigências indeclináveis da unidade nacional. Daí o delineamento, naquele ano, sob as vistas esclarecidas do Ministro JUAREZ TÁVORA, do sistema destinado a articular e tornar convergentes todos os esforços dedicados no país ao conhecimento das suas condições existenciais. Instituinto os fundamentos desse sistema, o decreto n.º 24.609, de 6 de Julho de 1934, deu lugar à instalação deste Instituto, no próprio Palácio da Presidência da República, a 29 de Maio de 1936 — o chamado “Ano da Estatística”.

Inicialmente, foram abrangidos apenas os Serviços Federais de Estatística. Mais tarde, porém, recorria-se à fórmula convencional, de sentido político-administrativo, para definir seus quadros e destiná-los a articular todos os serviços estatísticos regionais e municipais já criados ou que se viessem a criar. Não tardou, entretanto, que se inserissem também em sua órbita de ação — como acertadamente já fôra lembrado — todos os serviços geográficos brasileiros, aos quais se seguiram os serviços censitários nacionais. Marcou a primeira dessas etapas decisivas o decreto n.º 946, de 7 de Julho de 1936, que mandara convocar a Convenção Nacional de Estatística, solenemente ratificada no próprio dia e hora da sua assinatura, pelo decreto n.º 1.022, de 11 de Agosto de 1936. A seguir, o decreto n.º 1.200, de 17 de Novembro de 1936, vinha regular o Conselho Nacional de Estatística exatamente como o assentara a própria Convenção. O decreto n.º 1.527, de 24 de Março de 1937, cria o Conselho Nacional de Geografia. E por fim o decreto n.º 969, de 21 de Dezembro de 1938, confia ao Instituto a realização dos inquéritos censitários nacionais.

Contudo, a extraordinária sabedoria política de que se revestiram êsses atos do Governo da República, não se revelava apenas na oportunidade e no acêrto das medidas tomadas, senão também — e sobretudo — na maneira por que o seu eminente Chefe conduziu pessoalmente êsse aparelho inédito na administração brasileira, quiçá em tôda a América, insuflando-lhe vida, provendo-o de recursos bastantes e garantindo-lhe eficiência, graças ao direto e enérgico supervisionamento que a sua alta autoridade sôbre êle exerceu. Essa atuação salutar não se traduziu somente no assentimento governamental às medidas pleiteadas pelos órgãos dirigentes do Instituto. Nem apenas no contacto permanente em que o manteve com a própria presidência da República, que lhe dera "a sua Casa e o seu Ministro". Mas assumiu formas inéditas de concitamento, em atos memoráveis — decretos, mensagens e despachos — que encareceram aos Ministros de Estado e aos Chefes dos Governos Estaduais e Municipais a cooperação devida a êsse esforço da administração nacional. Donde resultou um ambiente magnífico de trabalho dentro do qual o Instituto pôde obter tudo que era essencial ao êxito da magnífica experiência política que lhe estava confiada e da qual haveria de surgir, deixando padrões inéditos a futuros empreendimentos do Governo, a vitória da jornada impressionante em que se aventura o País confiantemente, inabalável no propósito de resgatar em poucos anos o êrro, várias vêzes secular, em que se deixara ficar desavisadamente, procurando às tontas o caminho da sua vocação histórica.

### A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA

Vejamos agora os resultados dessa política esclarecida.

Os centros de trabalho necessários aos serviços estatísticos e geográficos brasileiros, sem falar no aparelho censitário, que é de existência episódica, — estão funcionando normalmente. Numa e noutra, das duas alas do Instituto, há um dêsses centros para cada qual dos municípios brasileiros (1.574 com o da metrópole federal). Em cada metrópole regional possuem os Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística os seus órgãos deliberantes e coordenadores — os Diretórios Regionais de Geografia e as Juntas Regionais de Estatística. Êsses órgãos dispõem, em separado ou conjuntamente, de uma repartição executiva central e de vários centros especializados.

Na órbita nacional, o Diretório e a Junta Centrais agem permanentemente como mandatários das Assembléias Gerais dos mesmos Conselhos, os quais se reúnem simultaneamente em Julho nesta Capital, supervisionando a vida do sistema e traçando tôdas as diretrizes técnicas, científicas, administrativas e culturais necessárias ao funcionamento harmonioso do conjunto. Como órgãos executivos, seis repartições centrais e várias outras de natureza especializada, tomam a si a tarefa de integração, suplementação e coordenação geral dos trabalhos exigidos pelos planos que os Conselhos assentam.

Todo êsse complexo e numeroso mecanismo está funcionando satisfatoriamente. É óbvio que há elementos retardatários. Há outros ainda insuficientemente aparelhados, e alguns ainda não exercem a atuação enérgica, entusiástica e fecunda que seria de desejar. Mas o sistema tem podido funcionar a contento, revelando extraordinária aptidão para o esforço renovador cuja necessidade se vai fazendo sentir aqui e ali, e tem tido a capacidade supletiva necessária, — o que é a grande virtude de uma organização de tal natureza.

### AS REALIZAÇÕES FUNDAMENTAIS

Se êste é o quadro que nos oferece a vida no Instituto quanto ao surto e à movimentação geral do seu vasto aparelho, não menos confortador é o panorama das suas realizações.

Em primeiro lugar, aí estão os frutos do labor fecundo e bem ordenado do Conselho Nacional de Estatística.

O *Anuário Estatístico do Brasil* está sendo publicado regularmente, desdobrada a difusão dos seus números através de resumos, ou, ao invés, de especificações mais minuciosas, em 22 Sinopses regionais, mais uma Sinopse Nacional e vários folhetos e volumes de finalidade vulgarizadora especial, destinados já ao próprio país, já ao estrangeiro.

Os mais assoberbantes problemas da estatística brasileira, além do da sua própria unidade, integralidade e atualidade, quando considerada como um todo, já estão resolvidos ou caminham para uma solução completa. Assim é que a estatística educacional, a médico-sanitária, a bio-estatística, a estatística da produção, a estatística industrial, a das correntes comerciais, bem como as estatísticas sociais e culturais, vão apresentando resultados cada vez melhores e prometem regularidade perfeita em pequeno prazo.

Por outro lado, assinala-se o esforço magnífico do Conselho Nacional de Geografia, orientado pelo dinamismo realizador e devotamento inextinguível de seu digno Secretário Geral, o engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO. A divisão territorial está enquadrada e mantida segundo os admiráveis preceitos da chamada "Lei Geográfica do Estado Novo". Uma única e irregular criação de município teve lugar por evidente equívoco, no Estado de Goiás, mas certamente em face do superior interesse nacional em jôgo, será cancelada para que se mantenham os salutares princípios da lei orgânica n.º 311.

Os perímetros urbanos e suburbanos estão descritos e demarcados, achando-se em processo o cálculo das respectivas áreas em relação às 1.574 cidades e às 3.268 vilas, — que tantos são os núcleos urbanísticos brasileiros.

Os territórios municipais, rigorosamente definidos nos seus contornos e na sua divisão distrital e sub-divisão em zonas, teem os respectivos mapas já esboçados ou levantados, e êsse material vai sendo melhorado e enriquecido das áreas correspondentes. A par disso, estão definidos e cartografados os quadros urbanos e suburbanos de tôdas as nossas cidades e vilas, cujas áreas já vão sendo medidas.

Com êsses elementos e os resultados das três campanhas em curso — a das coordenadas das sedes municipais, a das altitudes das principais localidades e a do levantamento aero-fotogramétrico de certas áreas importantes — está em preparo a nova carta do país ao milionésimo, em 50 fôlhas, contribuição do Brasil à carta mundial.

Ainda mais. A sistematização da cartografia brasileira acha-se praticamente realizada, sob a competente direção técnica do Prof. ALÍRIO DE MATOS. E prosseguem satisfatoriamente os trabalhos relativos às monografias descritivas dos municípios e às Tábuas Itinerárias, solicitadas ao Instituto pelo Conselho de Segurança Nacional; bem assim os que concernem à Coletânea das Efemérides Geográficas e ao Dicionário Geográfico, que contam com a colaboração devotada do eminente filólogo, Prof. JOSÉ DE SÁ NUNES.

A um terceiro ângulo, finalmente, desdobra-se o impressionante panorama censitário, na contemplação do qual o nosso patriotismo se conforta ante a grandiosidade da tarefa realizada e o nosso aprêço se dirige com entusiasmo aos dignos compatriotas que compõem a Comissão Censitária Nacional, onde os nossos especialistas teem recebido o conselho sábio e a ajuda esclarecida do Dr. ELMANO CARDIM, diretor do *Jornal do Comércio*, do Pe. LEONEL FRANCA, Reitor das Faculdades Católicas, e do Dr. LOURIVAL FONTES, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda. Panorama êsse — do Recenseamento, repetimos, em que a nossa admiração se comove ante o devotamento do ilustre Presidente do Serviço Censitário Nacional, o Prof. CARNEIRO FILIPE, e a nossa gratidão há de externar-se em caloroso preito ao grande mérito do seu orientador técnico, o eminente Professor GIORGIO MORTARA.

Meus senhores. A realização dos Sete Censos Nacionais, que conseguiu, além de numerosas pesquisas complementares de grande alcance e utilidade, a mensuração rigorosa dos aspectos da situação nacional relacionados com a população, a vida econômica e a vida social, está virtualmente terminada. Os seus trabalhos acham-se agora na fase de transição entre as últimas revisões para o encerramento da campanha de coleta, e a organização dos serviços centrais de crítica e contagem mecânica.

A população — cujo levantamento bruto nos Estados excedeu a casa do quadragésimo primeiro milhão — parece que, mesmo desdobrada com o rebate que decorre do duplo cômputo dos ausentes dos seus domicílios, isto é, dos que foram recenseados num ponto como *residentes* e noutro como *hóspedes*, não ficará abaixo daquele limite nem quanto aos efetivos “de fato”, nem quanto aos efetivos “de direito”.

Essa imponente massa demográfica está registrada quanto aos seus característicos biológicos, familiares, profissionais, culturais e sociais, como não se havia ainda conseguido em nenhuma nação latino-americana.

As atividades da população, tanto econômicas — na agricultura, na indústria, nas comunicações e transportes, no comércio e nas diferentes prestações de serviços — como no domínio da vida social e cultural, sob os diferentes aspectos da educação, da beneficência, da previdência e assistência, da higiene e conforto urbanos, da religião; tôdas essas atividades, já foram ou estão sendo objeto de minuciosos inquéritos de que decorrerão os números que as devem representar. Êsse riquíssimo cabedal de informes está conseguido com a distinção fundamental e inédita entre o que ocorre nas áreas *rurais* e o que se verifica nos centros *urbanos*. E aumentando seu valor, vão ilustrá-los bem cuidadas monografias analíticas ou de síntese histórica, entre as quais ocupará lugar de relêvo a referente à evolução cultural do país confiada à proficiência do humanista e educador que é o Prof. FERNANDO AZEVEDO, atual diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

### REALIZAÇÕES COMPLEMENTARES

Eis aí, meus senhores, num golpe de vista muito sintético mas bastante expressivo, o que é presentemente, e o que fez o nosso Instituto, no seu primeiro lustro de existência.

Mas os frutos das suas atividades não são somente estes, que significam apenas os resultados diretos das campanhas em que está empenhado.

Muitas outras realizações se inscrevem no seu ativo.

Aí estão os Relatórios da Presidência do Instituto e dos diretores dos seus diferentes departamentos, a demonstrar eloquentemente que, a par de uma enorme fôlha de serviços atinentes aos objetivos que a tais órgãos são essenciais, já se pode atribuir à instituição um extenso rol de atividades outras. Algumas delas são relativas aos próprios interesses do Instituto; outras teem alcance econômico, social, cultural e político.

Vale a pena lembrá-las, ainda que por alto.

Interessando ao próprio Instituto, temos em primeiro lugar, além da participação em numerosos certames no país e no estrangeiro, as grandes revistas de mostra de que tivemos a principal responsabilidade.

A primeira delas foi a Exposição Nacional de Educação e Estatística, inaugurada a 20 de Dezembro de 1936 no belo edifício do Instituto de Educação do Distrito Federal, e organizada com o concurso da Associação Brasileira de Educação para comemorar o 5.º aniversário do Convênio de Estatísticas Educacionais.

Constituiu a segunda, a esplêndida Exposição de Mapas Municipais, — no gênero a primeira de significação nacional, — que inauguramos a 29 de Maio de 1940, na presença do Senhor Presidente da República, na Feira de Amostras desta Capital, comemorando a passagem do 4.º aniversário da instituição. Além desses certames, podemos contar como um grande êxito para a vida do Instituto, a concessão que lhe fez o Governo Federal pelo Decreto-lei n.º 2.326, de 26 de Junho de 1940. Por esse ato, e segundo o plano que magnanimamente nos cedeu a Associação Brasileira de Educação, o Governo da República outorgou ao Instituto os poderes e os meios necessários para fazer edificar o Palácio da sua sede no esplêndido terreno ocupado pelo velho prédio do Silogeu Brasileiro. Esse palácio destinarse-á a abrigar os órgãos dirigentes e centrais do Instituto ao lado das principais instituições culturais do país, todas elas confortavelmente instaladas no edifício monumental — a Casa da Cultura Brasileira — que se erguerá neste mesmo privilegiado local em que nos encontramos. Todavia, não apenas por essas duas finalidades podemos considerar a iniciativa a que nos referimos uma das nossas mais brilhantes realizações, senão também porque nesse edifício magnífico vamos instalar e manter o "Planetário Cruzeiro do Sul", o primeiro, provavelmente, da América Latina, e a Exposição permanente de estatística, educação e cultura.

Ainda no que concerne à própria economia do Instituto, também merecem referidas três realizações de grande alcance científico, técnico e cultural. A principal delas é a publicação regular das nossas Revistas especializadas — a de Geografia e a de Estatística, largamente difundidas no País e no Estrangeiro, e recebidas em toda a parte com um aprêço e um interesse que muito honram o Instituto. Outra é a dos nossos Cursos de Aperfeiçoamento, de Geografia e Estatística, pelos quais melhoramos cada ano a cultura geral e a profissional de um grupo de funcionários-alunos, um pelo menos de cada Unidade Federada, além de um número elevado de ouvintes da própria Capital. Mais outra, é o nosso Curso Superior de Informações, dedicado ao que poderemos chamar o próprio Estado Maior do Instituto, ao provectoro corpo dos seus Conselheiros, através de magníficas conferências confiadas a grandes figuras da cultura brasileira que nos veem oferecer os frutos do seu estudo e das suas meditações sobre temas palpitantes, relacionados todos com as nossas preocupações profissionais. Este ano, ides ouvir nesse curso os eminentes cientistas, professores Alceu Amoroso Lima, das Faculdades Católicas, Almeida Júnior, da Universidade de São Paulo, e Delgado de Carvalho, da Universidade do Brasil. Finalmente, a distribuição de material estatístico e cartográfico aos educandários, iniciativa esta pela qual o nosso Instituto está prestando, sem dúvida, um relevante serviço à educação nacional. Para só aludir a uma dessas contribuições, a do mapa do Brasil, comemorativo do 4.º aniversário da instituição, bem é que se diga que dele estão sendo distribuídos cento e cinquenta mil exemplares, que beneficiarão absolutamente todos os estabelecimentos brasileiros de ensino e vão chegar às escolas primárias em número suficiente para que cada classe tenha o seu exemplar.

### C O INSTITUTO E A VIDA NACIONAL

Agora, meus Senhores, se levarmos além a imaginação, para contemplarmos o que tem sido a influência e atuação do Instituto em cada um daqueles aspectos da vida nacional que deixei há pouco enumerados, encontramos perspectivas não menos empolgantes.

O Brasil, não há dúvida, está atualmente em plena fase de economia dirigida. Nem poderia deixar de estar, numa época conturbada como esta em que vivemos. Mas, fazer economia dirigida não é outra cousa senão conduzir a economia à luz das mensurações estatísticas. Isto quer dizer que as diretivas todas ora prevalentes na ordenação geral da vida econômica do país, são ditadas pelas cifras que as numerosíssimas agências de coleta filiadas ao Instituto e por êle articuladas, veem afanosamente coligindo. E dêsse imenso material que temos elaborado sobre a produção e demais fenômenos da vida econômica, não deixemos em silêncio as tabelas que pela primeira vez vão aparecer no Anuário de 1940, prestes a sair do prelo, relativamente às correntes do comércio inter-estadual pelas vias terrestres, fluviais e aéreas, que virão completar, com os seus cinco milhões de contos de réis, o quadro das trocas comerciais entre as Unidades Federadas, a se constituírem, mutuamente, excelentes mercados e, com isso, ganhando capacidade para resistir à tremenda crise que a situação mundial acarretou para a vida econômica de todos os povos do planeta.

Se transferirmos nossas vistas dos aspectos econômicos para os da política do trabalho, aí também contemplaremos um panorama empolgante. Panorama gratíssimo tanto ao nosso zelo funcional quanto ao nosso patriotismo.

O Brasil está realizando uma das mais ousadas experiências no terreno da justiça e da assistência social. E se vai trilhando de modo seguro a luminosa rota que, nesse particular, em boa hora lhe traçou o Presidente Vargas, isto se dá porque deixou o terreno do empirismo e das tentativas cegas, para se apoiar nos conselhos e nas advertências dos números. Prova disso, entre muitas outras, a fixação do salário mínimo após meticulosa investigação censitária, como o proclamou com clarividência e sinceridade o Ministro VALDEMAR FALCÃO, na memorável visita que fez ao Instituto afim de lhe oferecer em pessoa o acervo da documentação estatística recolhida, com aquele fim, pelo Serviço de Estatística do Ministério do Trabalho — uma das nossas operosas repartições centrais. Entretanto, outra prova daquela orientação auspiciosa — e não menos expressiva — está no fato de nos haver o próprio Chefe do Governo determinado — não que fornecêssemos apenas números — mas que indicássemos, segundo as convicções que os números nos houvessem dado, quais as diretivas mais aconselháveis para uma sábia política de amparo à família. Essas diretrizes foram indicadas — e se não no seu admirável conjunto, pelo menos em parte, — como a prudência governamental naturalmente aconselhava, — já constam de leis da República.

No campo da educação e da cultura, não é menos auspiciosa a paisagem que as realizações do Instituto nos oferecem.

Conosco cooperam, filiadas ao nosso sistema, uma expressiva constelação de instituições culturais — o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Ciências, o Clube de Engenharia, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Levamos a nossa colaboração multiforme a numerosos certames culturais, entre os quais, e além daqueles a que já nos referimos, os beneméritos Congressos de Geografia; e dêsses o nono, reatando uma tradição que se ia rompendo, constituiu com o nosso concurso, e graças aos esforços da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tendo à testa da iniciativa o patriotismo e a dedicação inigualáveis do Ministro BERNARDINO DE SOUSA, um memorável acontecimento nos fastos da cultura brasileira, como demonstrarão em breve, e melhor, os respectivos Anais, cuja divulgação se acha confiada aos nossos cuidados.

Aos empreendimentos tão louváveis e tão patrióticos da Associação Brasileira de Educação, temos levado também o nosso melhor apoio, recebendo dela, numa edificante reciprocidade, os mais assinalados serviços. Ajudámo-la a preparar os seus Congressos, e nos ajuda a A. B. E. a organizar nossas Exposições. Dirige atualmente os destinos da Sociedade distintíssima figura feminina, de cuja solidariedade muito podemos esperar: a Exma Senhora ANA AMÉLIA CARNEIRO DE MENDONÇA, a criadora e presidente perpétua da Casa do Estudante do Brasil. Dessa colaboração vai resultar em Junho de 1942, graças ao patriotismo esclarecido do Interventor de Goiaz, o Exmo. Sr. Dr. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, dois acontecimentos áureos nos anais da Educação e da Estatística — o 8.º Congresso Nacional de Educação e a 2.ª Exposição Nacional de Educação e Estatística. O relêvo dêsses acontecimentos sobe de ponto porque vão ambos coincidir com a inauguração oficial da nova metrópole goiana, expressão poderosa, a um só tempo, da capacidade empreendedora dos brasileiros e daquela “marcha para oeste” — a gloriosa jornada de integração do Brasil, que o gênio político de GETÚLIO VARGAS nos apontou na hora exata em que, podendo tentar a empresa, já não poderíamos adia-la sem sacrificar os destinos da Nação. Outro fruto, porém, daquela auspiciosa solidariedade vale lembrar. Referimo-nos à divulgação, de que participamos com grande júbilo cívico, da bela coletânea — *Instruindo e divulgando*, constituída pelos comunicados de imprensa através dos quais realiza aquele incansável sodalício uma das modalidades mais penetrantes do seu apostolado em prol da melhoria do Brasil pela Educação. Mas não esqueçamos a feliz iniciativa do Curso de Férias, dedicado aos professores primários brasileiros. Curso pelo qual, cada ano, algumas dezenas de educadores primários brasileiros veem à Capital da República para conhecer melhor o seu país e as mais altas realizações da nossa raça, aperfeiçoar a sua cultura geral e profissional, e conhecer a organização e as atividades dos serviços estatísticos e geográficos do Brasil.

Nem silenciemos, tão pouco, um outro tentamen: ainda em benefício da cultura popular, mas já em articulação com outras beneméritas instituições, a Cruzada Nacional de Educação e a Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres. Referimo-nos à participação desdobrada que alguns dos órgãos centrais do Instituto teem tido em campanhas visando favorecer a educação do povo.

Há bem mais, no entanto, meus Senhores. Recordemo-lo, porque nisto havemos de encontrar conforto e renovados estímulos.

O esforço brilhante que o Ministério da Educação vem realizando pelo órgão do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a cargo de um dos maiores pioneiros da Educação Nacional — o Prof. Lourenço Filho, está encontrando a melhor matéria prima, como o tem declarado o seu eminente diretor, nos trabalhos estatísticos de uma das nossas repartições centrais. E os trabalhos desta, com efeito, estão fornecendo material inédito, vultoso e adequado para uma obra deveras renovadora, dos quadros educacionais da República.

Também às prestigiosas instituições culturais que veem travando o generoso combate em prol da racionalização da ortografia, havemos levado a nossa solidariedade, participando

dos esforços que se propõem conseguir seja definitiva e integralmente adotada no país, sem mutilações sacrílegas, o sistema admirável que resultou do acôrdo entre as duas Academias — a Brasileira de Letras e a das Ciências, de Lisboa. Pleiteamos o prevaecimento da grafia acadêmica, a bem da unidade do idioma luso-brasileiro, e ainda da facilitação do seu ensino e da reta prosódia, o que tudo contribue para a unidade nacional e maior projeção da cultura brasileira. Apoiando a expressiva iniciativa da Associação Brasileira de Educação, visando a expressiva iniciativa da Associação Brasileira de Educação, visando o prestígio da Academia Brasileira e a defesa do acôrdo por ela promovido, tivemos a solidariedade desta luzida companhia: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Departamento de Imprensa e Propaganda, a Reitoria da Universidade do Brasil, a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade Brasileira de Química, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Centro Dom Vital, o "Jornal do Brasil", a Sociedade Brasileira de Estatística, a Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres, a Diretoria do Colégio Universitário, a Reitoria das Faculdades Católicas, a Federação das Academias de Letras do Brasil, a Academia Carioca de Letras, a Liga da Defesa Nacional, o Instituto La-Fayette, a Associação Brasileira de Farmacêuticos, a Confederação Católica Brasileira de Educação, a Presidência da Congregação do Colégio Pedro II, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira de Filosofia, o Instituto Brasileiro de Cultura, a Associação dos Amigos de Portugal, o Instituto dos Arquitetos do Brasil.

Ora, o Govêrno do Brasil empenhou solenemente sua palavra aprovando o acôrdo e outorgando às Academias, com absoluta exclusividade — como de mister, a autoridade para introduzir no sistema estabelecido às alterações necessárias ao seu aperfeiçoamento, bem assim as novas regras que devam resolver as dúvidas que a prática porventura suscitasse. E assim sendo, podemos ter por seguro que Sua Excelência o Ministro GUSTAVO CAPANEMA, a cuja esclarecida mentalidade e elegante aprumo de atitudes é justo que rendamos as nossas sinceras homenagens, saberá conduzir a fase final da questão ortográfica sem desprimor para o País, prestigiando ao mesmo tempo a Academia Brasileira, não com meias concessões, mas integralmente, como todos os Brasileiros cultos sentem que ela merece, e o exigem, aliás, os interesses do ensino, da cultura, e da unidade nacional. O que tudo quer dizer, também nesse ponto, podemos esperar uma bela e transcendente vitória, a coroar nossos esforços.

Senhores! Ainda no terreno cultural, o Instituto levou avante outras realizações, menores, é certo, mas que bem mereceriam uma referência. Sem embargo, deixemo-las de lado, por amor à brevidade, pois é tempo de passarmos aos aspectos políticos.

Aquí, porém, esta observação preliminar: a própria vida do Instituto é uma profunda experiência política, cheia de ensinamentos. Por meio dela se pôs em obra, a pleno efeito e pela primeira vez, o fecundo pensamento da articulação convencional, de sentido político, entre a União, as Unidades Federadas e os Municípios, visando-se enfeixar e solidarizar as respectivas atividades e contribuições possíveis, em benefício daqueles campos administrativos que forem necessariamente da competência das três órbitas governamentais diferenciadas na estrutura política do Estado Brasileiro. E o êxito justifica a maior confiança nessa nova rota que se abriu o Govêrno do Brasil.

Para um esforço administrativo necessariamente multipartido, estamos conseguindo, sem afetar o regime, a centralização, a uniformidade e a eficiência que nos exigem os superiores interesses da unidade e do progresso nacionais. E a sugestão poderosa que daí advém é evidentemente no sentido de que a experiência seja levada para os setores de análogas características, que são pelo menos, o da tributação e arrecadação fiscal, o da educação e saúde, o da rodoviação e o do fomento agrícola. Aliás, tudo indica que estamos caminhando com segurança nessa direção. As notáveis conferências promovidas pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, sob a esclarecida direção do Ministro SOUSA COSTA, com a colaboração competente e devotada do Sr. VALENTIM BOUÇAS; as conferências de Educação e de Saúde já convocadas e clarivamente organizadas pelo Ministro GUSTAVO CAPANEMA; os acordos inter-governamentais já realizados no Ministério da Agricultura; e outras iniciativas mais — podem com justiça considerar-se como avanços corajosos na mesma direção que vimos seguindo vitoriosamente.

No entanto, meus senhores, não é só isso o que poderemos referir como influência proveitosa do I. B. G. E. Os estudos que os seus técnicos veem realizando à luz do conhecimento exato da realidade brasileira, teem sugerido todo um ideário de renovação político-administrativa do país. Isto mesmo tivemos ocasião de dizer ao Chefe da Nação, no dia 29 de Maio último, quando os três Colégios dirigentes do Instituto lhe foram levar suas homenagens e congratulações pela passagem do 5.º aniversário da instituição.

Permití que repitamos as próprias palavras então pronunciadas em presença do Primeiro Magistrado da República:

“Mas o fato é que realizando o seu alto destino como instrumento de pesquisa, revelação e análise das condições existenciais da Nação, não pode nem deve o Instituto limitar-se a apresentar ao público e ao Governo a fria expressão numérica dos fatos. A complexa realidade que êle investiga, revela-se-lhe nos seus sentidos mais profundos. Êle vê, ouve e sente tudo que brota dessas fontes recônditas da vida nacional, cujas pulsações acompanha em condições que lhe permitem interpretar as imagens, as vozes e os impulsos dessa realidade multifária, como ninguém mais, talvez, pudesse fazer em face da austera expressão dos róis numéricos. E daí os brados das suas sentinelas avançadas. Daí as advertências, as sugestões e os concitamentos, que partem das suas almenares, exprimindo sempre algo de grave para os destinos da Pátria”.

E aludindo aos problemas políticos cujas soluções as investigações estatísticas teem podido lembrar como possíveis “sem choques sociais”, nem políticos, nem econômicos — por fórmulas de hábil transigência e inteligente resguardo dos sentimentos e tradições respeitáveis”, — acrescentávamos:

“O maior dentre êles é o do reajustamento do quadro político, que tôdas as grandes vozes brasileiras, no passado e no presente, veem reclamando. Sua solução pacífica já pode ser prefigurada alicerçadamente na equidade e na tradição, garantindo o equilíbrio político da República e assegurando a assistência imprescindível às regiões despovoadas e pobres.

“Outro, — daqueles problemas, — é o da revitalização do quadro municipal brasileiro. Os números mostram que encontrará solução integral — e sem o abandono das nossas tradições — nos consórcios inter-municipais, a formarem um quadro territorial intermediário entre a divisão comunal — de cuja ordem de govêrno seria uma super-estrutura — e a grande divisão das unidades políticas.

“E ainda outro dos angustiantes problemas nossos, um dos que nos fazem temer pelos destinos da Pátria, e cuja solução também os números já puderam sugerir, é o do reajustamento ao trabalho — afim de socializá-la devidamente — da enorme massa inútil da comunidade social. Inútil, porque involuntariamente parasitária ou improdutivo. Inútil, porque desvalorizada em consequência do desamparo econômico, da ignorância ou da doença. Os algarismos revelam que o caminho a seguir, neste terreno, estará na multiplicação das Colônias-Escolas. Ou então, como sucedâneo dessas colônias, senão como recurso simultâneo e correlato, a organização do Exército do Trabalho, por intermédio do qual, sob os auspícios e a direção das Fôrças Armadas Nacionais, se mobilizariam e valorizariam, adequadamente enquadrados pela salutar disciplina militar, todos os elementos sociais inertes, inaptos ou asfixiados pelas deficiências da ordem social vigente”.

### TESTEMUNHOS HONROSOS

Meus senhores, tudo isto que acabamos de lembrar deixa-nos a consciência bem clara de que o nosso Instituto tem cumprido à risca todos os seus altos e difíceis deveres. Mas se precisássemos de testemunhos a amparar esta certeza, êles não nos faltariam.

Aí está em primeiro lugar o depoimento que nos deve ser mais caro — o do Chefe da Nação, afirmando-nos, no dia 29 de Maio, que estava satisfeito com a nossa obra. Êsse seu conceito foi no mesmo dia renovado em telegrama circular aos Chefes dos Governos Regionais. Telegrama que foi mais um expressivo testemunho do aprêço em que o Presidente GETÚLIO VARGAS tem os nossos trabalhos e do interêsse com que lhes deseja conhecer os resultados. Eis aqui, meus Senhores, as palavras dessa memorável mensagem, ao mesmo tempo honrosas para o Instituto e para os seus destinatários, mas portadoras também de seguras, oportunas e esclarecidas diretrizes:

“Ao receber os dirigentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por ocasião do quinto aniversário de suas fecundas atividades, ouvi expressivas palavras de reconhecimento pela cooperação esclarecida que lhes teem prestado os Governos dos Estados e as administrações municipais, assegurando o desenvolvimento dos serviços estatísticos e geográficos nacionais e o êxito do recenseamento geral da República. Congratulando-me convosco pelos resultados alcançados, recomendo à vossa patriótica atenção a necessidade de organizar rapidamente os serviços de estatística militar, indispensáveis à segurança nacional, e bem assim a de normalizar as estatísticas da produção agrícola e industrial, da exportação por vias interiores, do registro civil, do movimento policial-criminal e judiciário, e da educação, que permitirão o conhecimento exato da situação social e econômica do país e sua representação condigna nas publicações de comparação internacional”.

Em seguida, podemos recordar os pronunciamentos com que nos tem distinguido repetidamente os dignos Chefes dos Governos Regionais e os seus ilustres auxiliares como Secretários de Estado. Também podemos lembrar a simpatia com que a Imprensa Brasileira e as organizações religiosas nos veem acompanhando e auxiliando, sem esquecer a solidariedade e o aplauso, que não nos tem faltado, das instituições de classe e dos sodalícios culturais. Relembremos também que o 8.º Congresso Científico Americano, em uma Resolução sumamente honrosa para o Brasil, apresentou a atual organização dos serviços estatísticos brasileiros como digna de imitação pelos países de análoga organização política. E aludamos por fim à paternal Mensagem do Glorioso Papa reinante, mandando-nos sua bênção apostólica e declarando que as sugestões da Resolução n.º 127, do Conselho Nacional de Estatística, sobre o amparo à família, justificavam "as mais arrojadas esperanças".

Poderíamos acaso, meus senhores, desejar um reconhecimento maior ou mais autorizado, da utilidade dos nossos esforços, do mérito das nossas campanhas, do transcendente alcance das nossas sugestões?

Evidentemente não.

E então, que nos cumpre?

### OS NOSSOS RUMOS

Antes de tudo, devemos honrar a memória daqueles, dentre os nossos, que completaram sua missão terrena. Rendamos-lhes os nosso preito de perene reconhecimento e saudade, dirigido especialmente ainda às eminentes figuras de BULHÕES CARVALHO, EUSÉBIO DE OLIVEIRA, CÂNDIDO MENDES DE ALMEIDA, MOREIRA GUIMARÃES, LUIZ CANTANHEDE DE ALMEIDA, MÁRIO BARBOSA e GUSTAVO GODÓI FILHO, cujo desaparecimento tão doloroso nos feriu, e ainda aos que tombaram no cumprimento do dever — aos nossos Mártires — as vítimas do Recenseamento. Para eles ergamos os nossos corações, numa oblação da mais comovida gratidão cívica.

Cumpre-nos, também, formular os mais calorosos agradecimentos a quantos nos ajudaram e nos estimularam com o apoio da sua autoridade e com o seu concurso. Êsses agradecimentos se dirigem, em primeiro lugar, ao inclito chefe — o Presidente GETÚLIO VARGAS, o criador do Instituto.

Dirigimo-los ainda aos eminentes Governos das Unidades Federadas e das Municipalidades, a quem tanto devernos e de quem tanto ainda havemos de precisar. Dirigimo-los igualmente aos jornalistas de todo o Brasil, na pessoa do ilustre presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Dr. HERBERT MOSES, cuja galharda cooperação foi tão prestimosa para o Instituto; à Igreja Católica, na pessoa de Sua Eminência o Cardeal D. SEBASTIÃO LEME, a quem ficamos devendo, além de uma diuturna solidariedade a todos os nossos empreendimentos, a palavra de ordem que trouxe ao Recenseamento de 1940 o concurso decisivo do clero católico; e às demais instituições — religiosas, sociais, culturais ou econômicas, — que nos veem honrando com sua confiança, o seu aplauso e a sua ajuda. Dirigimo-los também a todos os servidores da nossa causa — aos obreiros numerosíssimos da estatística e da geografia brasileiras, na qualidade de membros de seus colégios dirigentes ou como funcionários do Recenseamento, das Agências Municipais e Itinerantes, dos grandes Departamentos e Serviços, tanto federais como regionais, e das Secções especializadas, que formam o imenso quadro dos seus órgãos executivos, sem esquecermos a operosa Secretaria Geral do Instituto, sob a zelosa direção do Dr. ALBERTO MARTINS. Êsses agradecimentos dirigem-se igualmente, como de justiça, aos que ainda labutam e aos que já desfrutam, numa aposentadoria honrada, o descanso que bem mereceram. Entre estes últimos destacamos, como especialmente merecedores de nossa veneração, os dois eminentes companheiros, que faz pouco deixaram nossas fileiras — os dois grandes servidores da estatística brasileira, LÉO DE AFFONSECA e CAVALCANTI DE GUSMÃO.

Mas um outro dever impõe-se também a esta Presidência. É dirigir-vos, senhores Conselheiros, um alto e fervoroso apêlo para que ao tomardes — como certamente tomareis — as providências e os pronunciamentos, tão prestigiosos quanto esclarecidos, que devem fixar as diretivas, ajustar os métodos e criar o ambiente propício ao feliz prosseguimento da nossa grande obra, — ao cumprirdes êsse vosso tão belo e nobre dever, não percais de vista a necessidade de manter cada vez mais viva a chama sagrada do nosso grande ideal — a unidade, o progresso e a grandeza do Brasil. Mas num esforço prudente e tolerante; num ambiente de labor fecundo e tranquilo; vendo e reconhecendo o lado bom dos acontecimentos e dos seus figurantes; sabendo relevar e esquecer, até onde o permitir o superior interesse da causa pública, as naturais deficiências daqueles com que houvermos de lidar e labutar; inspirados sempre nos sentimentos mais puros de solidariedade cívica e humana.

Com êsse apêlo, e com os melhores votos porque êle possa ser bem compreendido, declaro abertos os trabalhos de 1941 dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia".